

ARTIGOS

Governamentalidade e estatística na formação docente: implicações sobre a Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente

Raquel Fröhlich

(Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC)

RESUMO: Este trabalho propõe discutir algumas questões sobre a Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente, aliadas aos conceitos de governamentalidade e estatística. Atualmente, a formação continuada é um imperativo para se manter no mercado de trabalho. Na área da educação, professores são “convidados” a participar de cursos de formação continuada com o objetivo de qualificar o trabalho nas escolas. Tal prova de alcance nacional apresenta-se como uma avaliação externa, que possibilitará ao professor verificar habilidades e competências para o exercício da profissão, como também identificar falhas em sua formação inicial. Permitirá delinear um perfil “básico” dos docentes para o exercício do magistério. Os resultados dessa avaliação permitirão ao Estado verificar quais as regiões brasileiras, onde a formação docente encontra-se precária, viabilizando um investimento nas “áreas de risco”. É a governamentalidade conduzindo a formação docente.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente; Governamentalidade; Estatística.

INTRODUÇÃO

Encontramo-nos em um contexto global de rápidas transformações em todas as esferas sociais. O mundo “é/está” globalizado e exige de nós, cidadãos, participação e comprometimento cada vez maiores nas diferentes posições identitárias que ocupamos na vida. É imprescindível nos mantermos atualizados, em constante busca pelo aperfeiçoamento pessoal e profissional para que possamos participar dos processos de in/exclusão inerentes à vida atual. No campo da educação não é diferente: é necessário que os professores estejam em “formação continuada”, que busquem constantemente capacitações e formações que possam agregar a suas formações iniciais, com o intuito de qualificar cada vez mais o trabalho nas escolas, dando conta das especificidades e generalidades do contexto escolar. Não basta estar “formado”; é preciso estar em “constante formação”. Ser um “empreendedor de si mesmo”, um “empresário de sua profissão”, um “investidor em habilidades e competências” é condição e exigência para nos mantermos na profissão. Dessa maneira, nota-se a proliferação de cursos de formação continuada; muitos deles oferecidos pelos próprios governos federal, estadual e municipal - e respectivos desdobramentos pedagógicos, especificando cada vez mais as diferentes áreas de formação: letramento, alfabetização, educação infantil, educação matemática, educação especial, educação inclusiva, educação indígena, educação de jovens e adultos, orientação escolar, supervisão escolar, gestão escolar, etc. Assim, é comum observar professores em constante formação, como forma de acumular conhecimentos, competências e habilidades a serem empregadas na docência. Nesse sentido, são elaboradas ações voltadas à criação de políticas públicas, baseadas em dados quantitativos e numéricos, visando aprimorar a formação inicial dos docentes e permitir sua continuidade.

Dessa maneira, esse trabalho propõe problematizar algumas questões relativas à formação de professores, aliadas aos conceitos de governamentalidade e estatística, juntamente com implicações relacionadas à Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente, criada pelo MEC, na Portaria Normativa n. 14 de 21 de maio de 2010 e alterada pela Portaria Normativa n. 3, de 02 de março de 2011.

Na primeira seção, “Governamentalidade e Estatística: saberes mobilizados para o conhecimento e controle da população”, são apresentados os conceitos de “governamentalidade” e “estatística” e como, a contar da Modernidade, eles passam a reorganizar uma forma de governo na qual a visualização e a quantificação das regularidades das populações passam a ser imprescindíveis para a estruturação de um Estado governamentalizado.

Na segunda seção da discussão aqui apresentada, chamada “Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente: implicações no governo da população docente”, demonstra-se, de forma mais pontual, como tal avaliação externa poderá “direcionar” a formação inicial e/ou continuada do docente. Essa prova delinea o “perfil básico” dos docentes, identifica locais onde a formação inicial seja “insuficiente ou inadequada”, sugerindo maiores investimentos por parte dos governos federal, estadual e municipal como uma das formas de qualificar o ensino público, com o que se evitam os riscos de o docente não atender as especificidades e as generalidades impostas pela educação como um todo. Além disso, um professor polivalente é um imperativo para garantir a qualidade e o projeto de educação comum a todos.

Cabe ressaltar que esse trabalho não se propõe analisar a Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente como um instrumento positivo ou negativo na formação dos professores da rede pública de ensino. Não é intenção atribuir juízos de valor a essa avaliação externa, mas sim, abrir uma discussão sobre que efeitos produzirá nesses profissionais e em seus respectivos processos de formação.

1. GOVERNAMENTALIDADE E ESTATÍSTICA: SABERES MOBILIZADOS PARA O CONHECIMENTO E CONTROLE DAS POPULAÇÕES

É na Modernidade que se percebe a necessidade de organizar e gerenciar populações de acordo com certas regularidades e normas. O deslocamento do interesse pela organização da família para a organização da população coloca em evidência uma nova forma de governar com a possibilidade de direcionar condutas e gerenciar riscos.

A necessidade de organizar um Estado “previsível e mensurável”, preocupado não apenas com o território, mas com o seu povoamento, aparece em meados do século XVIII. A família que até então era o modelo de intervenção, passa a ser uma ferramenta para se atingir a população, como em campanhas de educação e higienização. A noção de “população” passa a ser considerada, dando uma dimensão coletiva ao controle da própria espécie humana. Foucault assevera que:

A população é um conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universo do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo (FOUCAULT, 2008, p. 97).

Segundo Castro (2009, p. 335) “o surgimento da população como uma realidade específica, por um lado, deslocou o modelo familiar como referência das técnicas de governo”. As estatísticas mostram que os fenômenos da população têm suas regularidades, não se restringem ao modelo familiar e geram efeitos econômicos. Assim, a família aparece como um elemento do fenômeno da população que será o objetivo final do governo. Enfim, estimular o bem-estar e melhorar as condições da população torna-se o eixo central para a efetivação do governo. Dessa maneira, novas práticas de governo emergem como forma de produção de saberes.

Foucault (2008) nos mostra que a partir do século XVII, emergiu a preocupação do governo do Estado em relação ao conhecimento da população. Novas formas e técnicas de governos surgem com a possibilidade da condução de condutas, ou seja, a *governamentalidade*. Segundo esse autor, por “*governamentalidade*” entende-se:

1. O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permite exercer esta forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.
2. A tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para a preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de “governo”, sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de uma série de saberes.
3. O resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143).

A governamentalidade pressupõe técnicas de governo como meio de conduzir a conduta e as ações dos sujeitos. Nesse sentido, as ações estatais, a partir da Modernidade, passam a ser governamentalizadas, isto é, passam a preocupar-se com a população: suas regularidades, incidências e exceções. O deslocamento do poder soberano, o desvio do modelo da família para o controle da população, instituiu uma racionalidade

própria ao Estado, que “abandona” a verificação das regularidades no interior da família, mas se ocupa das regularidades da população, ligada ao conceito de estatística. A Estatística como ciência emerge como um saber ligado diretamente a uma forma de poder, um poder racionalizado e conectado a um Estado governamentalizado. Conforme Foucault (2008, p.138):

De fato, essa estatística que havia funcionado até então no interior dos marcos administrativos e, portanto, do funcionamento da soberania, essa mesma estatística descobre e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doentes, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra igualmente que a população comporta efeitos próprios da sua agregação e que esses fenômenos são irreduzíveis aos da família: serão as grandes epidemias, as expansões epidêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra [também] que, por seus deslocamentos, por seus modos de agir, por sua atividade, a população tem efeitos econômicos específicos.

Dessa maneira, percebe-se o surgimento de políticas voltadas ao governo da população, ou seja, de instrumentos, táticas, técnicas que permitem que a governamentalidade seja colocada em funcionamento, de forma cada vez mais sutil e dissipada, mas que atue sobre cada vez mais indivíduos, ou melhor, sobre uma coletividade. Tais formas de governo permitem, também, que se conheçam as populações, unindo os saberes decorrentes desse conhecimento ao poder exercido em face dos componentes populacionais.

Nesse sentido, a Estatística torna-se uma das ferramentas necessárias para conhecer qualquer população pois ela propicia que as regularidades populacionais tornem-se “visíveis”, “palpáveis”, “pensáveis” e potencialmente “previsíveis”, possibilitando a elaboração de projetos e programas que interfiram de forma direta os índices apresentados. Como exemplo, verificam-se as diferentes políticas na área da saúde (vacinação, cuidados com gestantes e bebês, saúde da mulher, saúde do idoso, etc.) na área da assistência social (“bolsa família”, moradia, emprego, etc.) e na área da educação (avaliações externas, alfabetização, acesso ao ensino superior, etc.) “A estatística como um conhecimento científico torna-se indispensável a um bom governo. Temos assim, pois, com a estatística, um ‘tête a tête’ com a arte de governar” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 142).

Para Senra (2005, p.15),

[...] as estatísticas contribuem distintamente para tornar conhecidas as realidades distantes e/ou ausentes. Conhecidas, as realidades tornam-se pensáveis e, por isso, potencialmente governáveis. Nesse sentido, as estatísticas configuram tecnologias de distância, enquanto procedimentos formalizadores de controle ou de domínio, encaixando-se à maravilha como tecnologias de governo, dessa forma, vindo a integrar uma determinada racionalidade instrumental.

A existência da Estatística remota os primórdios, à época da cristandade, entretanto, sua invenção política é recente, tendo iniciado em meados do século XVII e XVIII. Nesse período ela passou a ser vista sob uma nova ótica, como um instrumento de racionalidade governamental ou tecnologia de governo. Para Foucault (1994), trata-se de um processo que passa de um Estado atento ao território para um atento à população.

Assim, a estatística é entendida como técnica de coleta e de tratamento da informação, atrelada a um discurso científico que possibilita decisões estratégicas no governo de si e dos outros. Segundo Reichmann

(1975), ela não é meramente uma ciência exata, sendo que o emprego de seu nome no plural refere-se às estatísticas descritivas como os dados colecionados, e, no singular aponta para o processo por meio do qual os dados são analisados. Antigamente, todas as estatísticas eram históricas, todas tratavam do passado. Nos dias de hoje, estão muito relacionadas ao presente, pois revelam realidades de uma coletividade previamente construídas e idealizada, constituindo, assim, por meio das ciências, o que Foucault (1994) denominou discursos de verdades e formas de governo.

O papel da estatística estruturada como saber de governo, torna-se, desde o final do século XVIII, mais um dever de Estado, ou seja, governar um sujeito é conduzir suas condutas a partir de índices numéricos apresentados em diferentes linguagens e representações como, por exemplo, porcentagens, tabelas e gráficos. Assim, é possível estabelecer recorrências a respeito de uma população, estabelecer padrões de normalidade e anormalidade, constituindo regimes de verdade e estabelecendo discursos que subjetivam tal coletividade.

Tais mudanças se processam com base em uma tecnologia a serviço de certa racionalidade política que orienta a conduta dos sujeitos, moldando-os, constituindo assim, efeitos de verdade de um Estado.

Conforme Foucault (2008, p. 365),

[...] a estatística é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado. Por exemplo: conhecimento da população, medida da sua quantidade, medida da sua mortalidade, da sua natalidade, estimativa das diferentes categorias de indivíduos num Estado e da sua riqueza, estimativa das riquezas virtuais de que um estado dispõe: minas, florestas, etc., estimativa das riquezas produzidas, estimativa das riquezas que circulam, estimativa da balança comercial, medida dos efeitos das taxas e dos impostos – são todos esses dados e muitos outros que vão constituir agora o conteúdo essencial do saber do soberano. Não mais, portanto, *corpus* de leis ou habilidade em aplicá-las quando necessário, mas conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado.

Atualmente, e cada vez mais somos avaliados numa perspectiva numérica, extraído-se delas determinados parâmetros e/ ou classificações de como estamos e o que precisamos mudar, melhorar, aprender, estabelecer, criar, moldar, desestruturar, desacomodar, entre outros infinitos fatores determinados e dirigidos por um poder. Isso acontece em todas as funções e lugares de um Estado nação.

Na educação brasileira não é diferente, pois, desde a década de 1990, grandes transformações vêm ocorrendo em todas as esferas educacionais: nos currículos, nas práticas pedagógicas, na formação de professores, na gestão escolar, nas avaliações – internas e externas.

No que se refere às avaliações, percebemos uma profusão exames externos que visam mapear a educação brasileira em seus diferentes níveis, como Prova Brasil, Saeb, Saers, Provinha Brasil, Enem, que, aliados ao tratamento estatístico dos resultados obtidos, revelam índices de alfabetização, de letramento, de conhecimentos matemáticos, de leitura, de escrita, etc., nas variadas séries da educação básica. Dessa forma, é possível, por exemplo, identificar quais séries possuem o melhor desempenho em determinada disciplina, ou qual a região brasileira onde os índices de alfabetização estão menores que a média nacional, ou ainda, qual escola se destaca pelos melhores (ou piores) índices apresentados nas avaliações. Esse mapeamento estatístico permite planejar e organizar ações governamentais como

a elaboração de políticas públicas dirigidas especificamente aos índices nos quais se busca intervir: de alfabetização, de reprovação em determinada série, de escolarização em determinada região do país, etc. Pode-se pensar nas condições de possibilidades de inferência nas políticas de verdade, juntamente com o saber estatístico, na promoção e na supervalorização de índices numéricos, que moldam e classificam a população escolar em determinadas áreas do ensino e aprendizagem. Eis o que os autores afirmam:

Há uma grande valorização dos índices obtidos e isso produz efeitos: evidências das práticas pedagógicas de “sucesso” e sugestão de replicá-las, geralmente independente do contexto; advertência e, muitas vezes, investimentos financeiros nas instituições com baixos índices, apontadas como problemáticas (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 147).

E é dessa forma que a governamentalidade, somada à estatística, atua na condução de condutas a fim de melhorar a educação brasileira. Dados estatísticos são produzidos de forma a mapear uma realidade, no caso, a educação brasileira, para que seja possível visualizá-la, tornando-a “concreta” e passível de planejamento e intervenção. Não é sem intenção que diferentes políticas são elaboradas para intervir nos resultados obtidos, atuando diretamente na conduta dos sujeitos. Nas palavras desses mesmos autores:

A governamentalidade, nesse sentido, pode ser compreendida como uma forma de pensar, uma racionalidade, para produzir, conduzir e administrar os problemas que atingem a população e os indivíduos, trazidos como obstáculos aos projetos de desenvolvimento e de administração de uma nação (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 137).

Ainda conforme Traversini e Bello (2009), a proliferação numérica produz efeitos na população como se não houvesse argumentos contra eles. Os próprios governantes apontam os resultados das estatísticas como responsáveis por escolhas governamentais e elaboração de políticas e ações voltadas à população. Os números acabam definindo escolhas e justificando necessidades e ações.

Recentemente, a avaliação externa deslocou-se dos focos da instituição escolar e do corpo discente para uma “nova” população: os professores. Em 2010, o Ministério da Educação publicou no Diário Oficial a Portaria Normativa n.14 de 21 de maio de 2010, alterada pela Portaria Normativa n. 3 de 02 de março de 2011 que instituiu a Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente. Mais um índice que visa melhorar a educação brasileira, mas agora com o olhar voltado para a formação do professor.

2. PROVA NACIONAL DE CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE: IMPLICAÇÕES NO GOVERNO DA POPULAÇÃO DOCENTE

Não é de hoje que se discorrem problematizações e ações a respeito da formação de professores, seja inicial ou continuada, na educação brasileira. Tal questão vem ganhando espaço cada vez maior nas discussões educacionais, que procuram aliar os processos de formação docente à qualidade, crescente ou não, da educação formal nas diferentes regiões brasileiras. Novos discursos, novas práticas, novos entendimentos acerca do que é, ou do que se espera ser um professor, surgem a todo momento, com características cada vez mais ligadas a um perfil profissional autogerenciável, autônomo, responsável pela sua formação. Machado (2011, p. 61) expõe que:

No campo da formação dos professores, esse deslocamento pode ser observado na disseminação de novos regimes de inteligibilidade e de enunciação sobre o professor e seu trabalho. Em outras palavras, há uma ênfase em discussões que ressaltam o caráter autogerenciável desse profissional. Ademais, nos currículos de diferentes processos de formação de professores, proliferam significados como descentralização, reflexão, gestão democrática e autonomia.

Na esteira das mudanças educacionais ocorridas a partir da década de 1990 podemos ressaltar a necessidade de aferição da qualidade da educação brasileira, como forma de garantir padrões de qualidade nos distintos níveis educacionais. Como citado anteriormente, avaliações externas, como Saeb, Prova Brasil, Provinha Brasil, etc., aplicadas nos diferentes anos das escolas brasileiras, que avaliam a proficiência e o domínio em conhecimentos da Língua Portuguesa, Alfabetização e Matemática, aparecem e se multiplicam justificando uma necessidade de mensurar e, de certo modo, garantir, um possível crescimento da qualidade na educação brasileira. Até então, alunos e equipe diretivas das instituições escolares são “convidados” a participar dessas avaliações externas, como forma de verificar a aprendizagem formal por parte dos alunos. De maneira tímida, gestores e professores participam de tais avaliações, mas não como índices aferidos, mas como colaboradores e fornecedores de informações relevantes e complementares acerca dos processos educacionais e seus envolvidos.

A partir de 2013 as escolas e os sistemas de ensino passarão a conviver com mais um índice na educação: será o primeiro ano de aplicação da Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente. Elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Prova Nacional será realizada anualmente e por adesão voluntária dos docentes. Tal avaliação tem como objetivo principal “subsidiar a admissão de docentes para a educação básica” (BRASIL, 2011, sp.) nos municípios e estados do país. Dessa maneira, as redes de ensino do país poderão utilizar os resultados e as informações oriundas dessa avaliação como método de seleção em concursos públicos. Assim, ela permitirá uma maior mobilidade por parte do docente que, em função do seu desempenho, poderá “escolher” o município ou o estado onde deseja atuar, uma vez que os resultados da prova serão validados em todo o território nacional.

Além disso, a Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente apresenta outros dois objetivos:

II - conferir parâmetros para autoavaliação dos participantes da Prova, com vistas à continuidade de sua formação e à inserção no trabalho docente;

III - fornecer subsídios qualitativos que possam ser incorporados à formulação e à avaliação de políticas públicas de formação inicial e continuada de docentes (BRASIL, 2011, sp.).

Em relação à autoavaliação dos professores participantes, é evidente a necessidade de manter o docente em constante formação. Com base nos resultados dessa avaliação, cada profissional poderá observar falhas de sua formação inicial e, a partir daí, reunir esforços pessoais para reverter tal situação, tornando-se um “empreendedor de si mesmo”. Investir em constante aperfeiçoamento, desenvolver habilidades e competências específicas à sua atuação, tornar-se cada vez mais apto e competitivo dentro dessa fatia do mercado de trabalho é o que se espera de cada sujeito. Segundo Costa (2009, p. 177), “a capacitação e a formação educacional e profissional dos indivíduos aparece aqui como elemento estratégico a ser investido por essa nova modalidade de governamentalidade”, uma vez que poderiam garantir aumento de produtividade desse sujeito. À vista disso, acumula-se “capital humano” (COSTA, 2009), quer dizer, habilidades, competências e conhecimentos que se tornam valor de troca no mercado de trabalho. Quanto maior o “capital humano” do sujeito, mais chances de se manter no jogo do mercado. E em relação à prova, quanto melhor o desempenho, maiores as chances de o profissional, por exemplo, ser chamado em um concurso público. Costa (2009, p. 177) acrescenta:

[...] as competências, as habilidades e as aptidões de um indivíduo qualquer constituem, elas mesmas, pelo menos virtualmente e relativamente independente da classe social a que ele pertence, seu capital; mais do que isso, é esse mesmo indivíduo que se vê induzido, sob essa

lógica, a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo[...].

Saraiva (2010) reflete que na atualidade todo sujeito deve conseguir adaptar-se à pluralidade de contextos e de situações, o que se torna um imperativo para se manter nas diferentes posições ocupadas.

Se na Modernidade era possível formar a subjetividade em moldes rígidos, agora parece ser necessário utilizar formas autodeformantes, capazes de constante adaptação a novas situações, a novos códigos. As formas autodeformantes implicam um constante trabalho de transformação de si, a ser operado por uma contínua relação do ser-consigo. Os indivíduos para os quais são dirigidos os processos de normalização contemporâneos devem dedicar-se a um permanente processo de subjetivação, impondo a si mesmos um continuado programa de atualizações que não pode ser descuidado, sob pena de se verem jogados para o lado do excedente social (SARAIVA, 2010, p. 157).

Nesse sentido, o governmentamento dos sujeitos e da população perpassa pela condução das condutas de cada sujeito, criando novas formas de subjetivação e de exercício de tecnologias do eu.

Segundo Machado (2011), e de acordo com tais técnicas de governmentamento, é recomendável que o professor busque seu aperfeiçoamento, responsabilizando-se pelo seu processo individual de formação. “É preciso que ele tenha ‘autonomia’ para buscar por sua conta a formação necessária para trabalhar com todos os alunos” (MACHADO, 2011, p. 62).

Outra questão a ser pensada é relativa à formulação de políticas públicas de avaliação da formação inicial e/ou continuada de docentes. Essa prova é elaborada a partir de uma matriz de referência que avalia competências tais como as potencialidades do “candidato para alcançar o perfil esperado em sua futura atuação” (BRASIL, 2011a, p. 03), permitindo traçar um perfil “básico” do que se espera do futuro docente. A matriz é fundamentada em dois eixos: o primeiro é composto por competências relacionadas ao perfil profissional, divididas em três dimensões (profissão docente e cidadania; trabalho pedagógico, domínio dos conteúdos curriculares); o segundo é composto por blocos de conhecimentos específicos da formação de professores (políticas educacionais; organização e gestão do trabalho pedagógico; desenvolvimento, ensino e aprendizagem) e de conhecimentos que deverão ser ensinados pelos futuros docentes (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Artes, Educação Física).

É possível pensar que os cursos e os programas de formação de professores poderão ser alvos de mudanças a partir dos resultados apresentados pela Prova Nacional. Acreditamos que a matriz de referência da avaliação poderá ser utilizada como base para um currículo único de formação docente, estabelecendo parâmetros nacionais para esses profissionais, negando as especificidades tão necessárias para dar conta das diferentes realidades educacionais brasileira nos dias atuais.

Além disso, cursos de formação inicial envidarão esforços para que os futuros docentes apresentem o perfil profissional predeterminado pela prova. Ou ainda, tais cursos de formação prepararão seus futuros docentes para um desempenho adequado para a prova, repensando e reelaborando currículos de formação superior. Mudanças no currículo dos cursos de formação inicial e/ou continuada com o objetivo de “formar” ou “preparar” o futuro docente de acordo com o perfil “básico” delineado pela prova.

Outro aspecto passível de ser percebido é que, com a análise dos resultados da Prova Nacional pode-se identificar regiões brasileiras onde a formação inicial/continuada de professores encontra-se precária, inexistente ou aquém das esperadas pelo Estado. Dessa forma, será viabilizada a elaboração de programas específicos de formação docente e um investimento maior nas “áreas de risco”, identificadas pelo baixo desempenho na avaliação. Aqui vemos a Estatística como tecnologia de governo, que permite ao Estado gerenciar situações de risco à população, conduzindo condutas através da intervenção de políticas públicas, nesse caso, de formação docente. “As estatísticas, [...], constituem informações sobre os diferentes aspectos da vida da população, delimitando, principalmente, os espaços considerados problemáticos” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 137).

Ainda conforme Traversini e Bello (2009) a Estatística pode ser entendida como uma das formas de situar determinada população como sendo de risco social. Intervir nas condutas dessa população para que ela saia dessa zona de risco é utilizar o conhecimento estatístico como forma de planejar ações dentro de uma tecnologia de governo a partir dos riscos sociais. E dessa forma, todo e qualquer indivíduo de determinada população é incitado a gerenciar a própria vida, mantendo a coletividade auto-organizada. Conduzindo condutas individuais e coletivas é que se otimizam índices, nesse caso, na formação de docentes.

A estatística pode ser entendida como um meio, composto por saberes e por procedimentos técnicos específicos que é utilizada por governos das diferentes esferas públicas, para situar comunidades com altos índices de analfabetismo, por exemplo, como sendo de risco social. Analisar como se conduz a conduta desse conjunto de indivíduos para sair da condição de analfabetismo é tomar a prática da gestão do risco como uma forma de governar que necessita do saber estatístico para tomar decisões. A prática da gestão do risco, que se utiliza de programas executados em parcerias com empresas, que incita o indivíduo a autogerir sua vida e a manter sua comunidade autossustensável, emerge a partir da racionalidade política contemporânea, caracterizada como neoliberal. Tal racionalidade objetiva conduzir as condutas individuais e as coletivas, administrando-as de modo a responsabilizar cada um pelo seu destino e otimizar os índices de saúde, de educação e de desenvolvimento do país com vistas a diminuir a dependência do Estado e também figurar no topo dos rankings internacionais (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 143).

Outro risco a evitado refere-se à própria prática docente. A formação dos professores deve garantir que tais profissionais saibam o que fazer mediante as diferenças encontradas nas escolas. Não é mais possível “correr o risco” de que o professor não saiba trabalhar com alunos diferentes, independentemente de quais diferenças possam estar presentes no contexto escolar. E esse perfil docente flexível e polivalente acaba sendo desejado, esperado e necessário para dar conta do trabalho nas escolas, e planejado pelas políticas públicas de formação de professores, bem como aferido numa avaliação externa.

A formação pode ser entendida como uma medida de prevenção do risco, qual seja, de o professor eventualmente deparar-se com uma gama bastante diversa de alunos e não saber como conduzir todos adequadamente, ampliando, por sua vez, outros riscos: o de esses alunos não se manterem na escola comum, não usufruírem os supostos benefícios da educação [...] (MACHADO, 2011, p. 63).

Assim, o professor pode ser considerado um eterno aprendiz, capaz de dar contas das generalidades e das especificidades da educação. Machado (2011) apresenta um professor “turista”, capaz de “passear” por diferentes lugares, anotar as diferentes informações e contemplar a enorme variedade de paisagens oferecidas pelas suas andanças.

A formação de professores segue a premissa global de abertura de fronteiras, permitindo e aconselhando uma espécie de formação turística pelo território desses outros alunos que agora ganham a vitrine. Numa sociedade marcada pela rapidez da informação, parece que também os processos formativos precisam ser mais e mais informativos. Daí a urgência histórica de produzir um professor polivalente, que passeia, que fotografa, anota o máximo de informações sobre os lugares de todos e de cada um. E quanto mais lugares, melhor; quanto mais carimbos em seu passaporte, mais legitimidade ao seu trabalho. Nesse sentido, sugerir ao docente que se aventure a conhecer o arco-íris da diversidade, numa promessa de ouro ao final do trajeto, é uma das táticas acionadas pelo dispositivo da formação. Tal tática produz esse professor como uma espécie de “turista”, entendido por Bauman (1998) como um dos heróis contemporâneos que muito interessam ao Estado neoliberal (MACHADO, 2011, p. 64).

Outra questão a ser pensada é que, se a formação dos professores é um fator entre tantos que interferem na qualidade na educação básica, o investimento na formação inicial e/ou continuada dos docentes deverá refletir diretamente na elevação de índices qualitativos da educação básica. Assim, a Estatística entra como forma de confirmar ou não essa relação “custo-benefício”, em que os índices educacionais serão mais elevados acaso há maiores investimentos por parte do Estado.

É nesse momento que se percebe a governamentalidade “atuando”: com os resultados (estatística) da Prova Nacional, políticas públicas poderão ser pensadas para formar certo tipo de sujeito, de profissional docente cada vez mais preocupado com uma formação continuada, com um determinado perfil profissional de atuação na educação básica brasileira. É o Estado atuando de forma a conduzir a formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que o Estado preocupou-se com o governo da população (e não mais com o governo do homem-espécie), colocando a família como parte dessa população (não mais como modelo a ser gerenciado), novas técnicas surgiram para conhecê-la e controlá-la. A governamentalidade emergiu na razão de Estado com a preocupação em conduzir as condutas e direcionar ações. Para que o Estado se tornasse governamentalizado, a Estatística passaria a ser entendida em uma racionalidade política como uma tecnologia de governo, tornando-se uma das maneiras mais eficazes de visualizar toda e qualquer população: permitir verificar regularidades e exceções, definir padrões de normalidades e anormalidades, e, enfim, constituir regimes de verdade a respeito das populações. É com a Estatística que as populações podem ser visualizadas, pensadas e planejadas.

Assim, a estatística utilizada para verificar as diferentes características das populações viabiliza a elaboração e aplicação de políticas públicas voltadas aos resultados obtidos: índices de alfabetização, de vacinação, de emprego, de desemprego, de moradia, de saneamento básico, de transporte, etc. Dessa forma, ela está cada vez mais presente na mensuração das diferentes regularidades das populações, sendo uma das tantas formas que o Estado encontra de governamentalizar suas ações, ou seja, de conduzir as condutas dos sujeitos.

Somos constantemente abordados, verificados, mensurados por meio de números: percentuais que revelam a saúde, a educação, a assistência social da população. Enfim, números que retratam de forma quase inquestionável, o perfil populacional de uma nação. Na Educação, especialmente nas redes públicas, as avaliações externas às instituições escolares proliferam-se como forma de aferir se os investimentos financeiros (nacionais e internacionais) estão servindo para aumentar a qualidade de ensino. Saeb, Prova Brasil, Provinha Brasil, etc. são algumas das avaliações externas federais aplicadas nas escolas da

rede pública. Salvo as especificidades, tais avaliações retratam em sua maioria, níveis de alfabetização, letramento e conhecimentos matemáticos em algumas séries da educação básica. É importante ressaltar que resultados dão visibilidade às próprias avaliações: os positivos passam a ser exemplos a serem seguidos na educação, enquanto os negativos propiciam um olhar mais atento às falhas, gerando um planejamento de ações e um maior investimento governamental, no sentido de minimizar ou até mesmo extinguir o baixo desempenho que prejudica a qualidade de ensino.

A Estatística utilizada na Prova Nacional aparece como uma forma de conhecer a população docente: suas características, conhecimentos, formação inicial; e vai além: permite delinear um perfil desejado para a função docente na educação básica. E ainda: permite uma autoavaliação do sujeito bem como uma “necessidade” constante de formação continuada; características essas tão importantes para se manter e se destacar no mercado de trabalho atual, mais propriamente no jogo do mercado.

Além disso, intervir nas áreas de risco em que a formação inicial e/ou continuada dos docentes é precária ou inexistente, conforme padrões estabelecidos pela própria Prova Nacional, será possível visualizar com os resultados obtidos. O surgimento e a ampliação de cursos de formação, bem como a reformulação de currículos desses cursos são algumas das mudanças visíveis baseadas na análise dos resultados advindos da avaliação docente. Assim, pode haver um investimento estatal crescente em recursos aptos a qualificar a formação docente e, por consequência, a educação como um todo.

Outro risco a ser evitado é aquele do professor não ser capaz de sustentar generalidades e as especificidades típicas do contexto escolar. Torna-se necessário que o docente conduza adequadamente a infinidade de situações e os diferentes alunos que possam surgir no dia-a-dia de sua prática profissional. Para tanto é imprescindível que ele esteja em constante evolução e que seja autônomo o suficiente para buscar um constante aperfeiçoamento. Um professor “turista”, que transite por diferentes lugares, ocupando diferentes espaços, observando e contemplando as diferentes opções na paleta em que se mostra a educação brasileira. E tal avaliação externa permite que se trace e se deseje um perfil docente flexível e polivalente, adequado para dar conta de um projeto de educação nacional.

Como a prova ainda não foi realizada, não se sabe quais os efeitos serão produzidos por essa avaliação em relação aos sistemas de ensino e de seus sujeitos. Porém é possível constatar de antemão efeitos diretos sobre as subjetividades que se referem à indagação sobre o é ser docente. Um novo professor? Novas subjetividades? Novo perfil docente? Um perfil básico de docente dará conta das especificidades da realidade educacional brasileira? Novas maneiras de formar profissionais em educação? Novos regimes de verdade a respeito do que é ser docente? Novos (ou velhos) discursos emergentes a respeito do que é ou do que falta em formação docente? São algumas das questões que continuarão a permear as discussões em relação a esta avaliação docente.

Para encerrar, ressalta-se o caráter problematizador, e não de julgamento, pretendido por esse texto. Apropriando-se da materialidade da Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente a pretensão desse trabalho é analisar algumas questões emergentes em sua positividade, em sua produtividade. Mais do que ser contra ou a favor dessas políticas de avaliação externas atreladas a formação de professores, é necessário entender de que forma nós, professores, somos conduzidos, de forma sutil, a nos tornarmos “eternos aprendizes”, um imperativo do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. *Portaria Normativa n. 3 de 02 de março de 2011*. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/basica/concurso_docente/portaria_institui_prova_03032011.pdf. Acesso em: 10 nov. 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. *Matriz de Referência da Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Proposta Inicial para Análise e Discussão*. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/basica/concurso_docente/proposta_matriz_discussao_versao_atualizada_13042011.pdf. Acesso em: 15 nov. 2011 a.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COSTA, S. de S. G. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. In: *Educação & Realidade*, v. 34, n. 2, maio/agosto 2009. p. 171-186. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8299> Acesso em: 04 mar. 2010.

FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos III (1976-1979)*. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MACHADO, F. C. Ser professor em tempos de diversidade: uma análise das políticas públicas de formação docente. In: THOMA, A. S., HILLESHEIM, B. (Org.). *Políticas de Inclusão: gerenciando riscos, governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

REICHMANN, W. J. *Uso e Abuso das Estatísticas*. Tradução E. P. Vieira. Rio de Janeiro: Editora Artenova S. A., 1975.

SARAIVA, K.; SANTOS, I. M. *Educação Contemporânea e Artes de Governar*. Canoas: Editora Ulbra, 2010.

SENRA, N. de C. *O Saber e o Poder das Estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2005.

TRAVERSINI, C. S.; BELLO, S. E. L. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 135-152, maio/ago. 2009.